

O Hospício de Pedro II e a sociedade imperial (1852-1889)

DANIELE CORRÊA RIBEIRO*

Este texto trata de pequenas alterações acerca do projeto de doutorado apresentado no ingresso do curso de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, em 2012. A partir das discussões feitas em algumas disciplinas, da revisão bibliográfica e de reuniões de orientação, algumas questões foram debatidas, levando a uma readequação do projeto, que vem sendo elaborada.

O projeto inicial, elaborado a partir de desdobramentos da dissertação de mestrado, tinha como objetivo principal analisar a experiência de escravos e libertos internos no Hospício de Pedro II, desde sua fundação, em 1852, até a abolição da escravidão em 1888, dando continuidade e aprofundando o estudo do perfil dos internos de tal instituição, iniciado com o mestrado, que se restringiu aos anos de 1883 a 1889. Embora tenha se cogitado a possibilidade de reduzir o recorte temporal, optou-se, por fim, por ampliar até o ano de 1889, abordando todo o período imperial da instituição. Decidiu-se ainda pela ampliação da questão central, abordando todos os internos, independente de condição social.

O referido hospício, primeiro estabelecimento desta natureza no Brasil, fora inaugurado em 05 de dezembro de 1852, na Corte do Rio de Janeiro, levando o nome do Imperador Pedro II, que assinara seu decreto fundador, Hospício de Pedro II. Segundo os estatutos, o estabelecimento seria “destinado privativamente para asylo, tratamento e curativo dos alienados de ambos os sexos de todo o Imperio, sem distincção de condição, naturalidade e religião”¹.

Sendo assim, por princípio, a instituição tinha como característica um público alvo bastante diverso, tornando-o um espaço interessante de análise daquela sociedade. Se, por um lado, a instituição nascia como símbolo do progresso e da ciência que se tinha como projeto de nação (SCHWARCZ,1998), por outro, o fato de ter nascido vinculado à Santa Casa de Misericórdia, ordem destinada ao acolhimento dos desassistidos da sociedade, legava-o um papel de assistência aos pobres (MELO, 2009). Assim, embora construído em uma sociedade fortemente hierarquizada, o hospício abrigou tanto membros das elites sociais, empolgados

* Mestre e doutoranda em História das Ciências e da Saúde pelo Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. O trabalho se desenvolve sob orientação de Flávio Coelho Edler.

¹Decreto 1.077, de 4 de dezembro de 1852. Apud. ENGEL, Magali Gouveia. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. p. 205.

com o “palácio dos loucos”, quanto escravos, libertos e livres pobres, não apenas da Corte, mas de outras províncias que enviavam seus alienados.

Essa característica do seu público alvo, bastante diverso, e a sua vinculação à Santa Casa, permeada por relações de poder e prestígio social, nos levaram a redefinição do projeto inicial. Neste momento, então, o objetivo principal da tese é analisar o Hospício de Pedro II como uma espécie de microcosmo da sociedade imperial brasileira, percebendo como as hierarquias sociais se reproduziam e eram perpetuadas a partir daquele espaço, foco de disputa dos mais diversos interesses.

Apesar de abrigar indivíduos tão distintos, o hospício era, ele também, fortemente hierarquizado. Essa hierarquia estava inicialmente representada pelo campo “classe”, que determinava o tipo de acomodação e de alimentação em que o indivíduo se enquadrava, a partir do valor e de quem financia sua estada. Segundo os estatutos, os “indigentes”, eram custeados pela própria instituição e ficavam em enfermarias. Os “pensionistas”, de primeira, segunda e terceira classe pagavam pela internação, com valores e privilégios diferentes de acordo com essa classificação. Além dessas, algumas vezes aparece a denominação “pobre” para os indigentes, as classificações “Exército” ou “Armada”, quando eram originários das forças armadas e “província” quando vinham de fora da Corte. Os últimos, embora fossem recebidos, a princípio, gratuitamente, algumas províncias contribuía com cotas para terem a garantia de determinado número de vagas para seus alienados.

Embora as classes dos internos fossem tão bem delimitadas nos estatutos, assim como em toda a sociedade, elas poderiam ser fluidificadas de acordo com as redes de influência em que aqueles indivíduos estivessem inseridos (RIBEIRO, 2012). Nesse sentido é que esta instituição, através do corpus documental escolhido, pode contribuir fortemente para análise da sociedade imperial, fortemente permeada por práticas embasadas em relações pessoais.

Dois aspectos podem ser considerados originais na tese. Em primeiro lugar, a natureza das fontes a serem analisadas. Os prontuários médicos, produzidos para controle interno da própria instituição, diferem das fontes oficiais, às quais se dedicou a maior parte dos trabalhos sobre o tema. Esse corpus documental tem permitido uma análise bastante relevante do perfil social e da trajetória dos internos, especialmente anterior à internação.

Além disso, a percepção do Hospício como uma arena de disputa de interesses e poderes traz a originalidade de analisar outros atores sociais, que não apenas aqueles que compunham o corpo médico do Estado. E mesmo sobre os médicos, essa visão permite que se possa dar conta das várias identidades possíveis destes indivíduos, médicos cientistas, membros de uma certa elite social e que buscavam legitimar sua atuação perante a sociedade.

Este olhar torna-se original, uma vez que, embora o Hospício já tenha sido alvo de algumas análises, este costuma ser vinculado a um objetivo único de médicos que, atrelados ao poder estatal, visavam o controle social da população da Corte. Ao desviar o foco da atenção para a participação ativa de outros atores sociais, como os próprios internos e seus internantes, desdobra-se uma análise que possibilita elucidar questões relacionadas à própria sociedade imperial e à sua organização e hierarquização social. Partindo da ideia presente em novos debates sobre o controle social, tendo-o como uma construção partilhada por toda a sociedade, através de um processo de subjetivação da norma (HUERTAS, 2009), buscaremos destacar o papel de diversos atores sociais.

Através da análise de prontuários médicos produzidos nestes anos, e com auxílio de outras fontes diversas, buscaremos perceber como as hierarquias sociais e mecanismos de afirmação do poder se refletiam na organização daquela instituição. Por outro lado, sua vinculação à Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro ajudava na perpetuação daquelas diferenciações.

Desta forma, pretendemos analisar, além das classificações sociais atribuídas aos alienados no momento do ingresso na instituição (escravos, livres ou libertos) e a “classe” em que eram inseridos, o perfil mais amplo destes indivíduos e suas trajetórias. Outros atores que merecerão destaque nesta análise serão os responsáveis pelas internações, através dos quais poderemos destacar as negociações e redes de sociabilidade que definiam a forma como se relacionavam com aquela instituição e com a própria Santa Casa de Misericórdia.

Outra questão central está relacionada a internação de escravos e libertos que tem merecido pouco destaque nas análises sobre essa instituição. Buscaremos, então, analisar este fenômeno, elucidando os possíveis interesses que estavam envolvidos na decisão de pagar pela estadia de um escravo. Esta questão, em torno da qual estava definido o projeto inicial, mantêm-se com um papel importante na tese, agora articulada a objetivos mais abrangentes.

O argumento aqui apresentado se difere da bibliografia existente especialmente em relação aos atores centrais na análise. Até o momento, o hospício tem sido analisado como um projeto médico único, voltado para o controle social. A exceção a esse tipo de análise foi o trabalho de Monique Gonçalves, que demonstrou a complexidade do pensamento médico psiquiátrico neste contexto, contrariando a ideia de um projeto uníssono. Além de ratificar estas disputas do campo científico, traremos à análise outras relações que estavam imbricadas naquela instituição, vista aqui como importante campo de forças da sociedade imperial.

Atribuímos a novidade desta análise, em relação às demais, ao corpus teórico em que está embasada. Enquanto a maior parte dos estudos sobre a história da psiquiatria no Brasil e

o HP II se apoiaram em uma visão mais rígida da ideia de controle social que teria, então, sido exercido pela elite médica da Corte, buscamos nos alinhar com uma literatura foucaultiana internacional mais recente. Em consonância com estes autores, especialmente Robert Nye e Rafael Huertas, temos trabalhado com a ideia de controle como relação de forças. Partindo desta visão é que temos deslocado o foco de análise antes centrado apenas nos médicos para os internos, internantes e corpo administrativo.

O destaque dado a esses atores sociais nos permite não apenas uma análise do papel desempenhado por aquela instituição para as relações sociais na sociedade imperial, como amplia o debate sobre a própria ciência psiquiátrica. Em paralelo com novos estudos da história das ciências, buscaremos tratar os médicos em sua complexidade, que envolve tanto a perspectiva científica assumida quanto outras identidades sociais fundamentais para os lugares que ocupavam em relação à instituição.

Se por um lado as abordagens clássicas buscaram homogeneizar o projeto da instituição não apenas no tempo, ao longo das quatro décadas, como no diálogo estabelecido entre os indivíduos, estaremos atentos às diversas vozes, interesses, demandas e conflitos ali presentes, além das mudanças que já fomos capazes de perceber, ainda que superficialmente, ao longo do tempo.

Além disso, do ponto de vista metodológico, conforme já apontamos, o trabalho se difere no que diz respeito à natureza das fontes a serem analisadas, uma vez que, além das fontes oficiais, trabalharemos com uma documentação que, de certa forma, nos dá acesso aos “bastidores” do Hospício de Pedro II. Dessas fontes emergem negociações, disputas de poder, ou seja, debates e diálogos que evidenciam lugares sociais ocupados e/ou desejados pelos indivíduos que ali se relacionavam, fossem eles médicos, internos, internantes ou administradores.

De acordo com objetivos mais específicos, nossa análise se dará da seguinte forma. Em um primeiro momento, buscarei, através de fontes oficiais, como relatórios administrativos, ofícios, regimento interno do HPII e decretos, analisar como estavam definidos, oficialmente, os lugares sociais dos internos e demais indivíduos relacionados à instituição. A partir da documentação oficial tentarei sistematizar quais eram as regras do jogo que envolvia aquele estabelecimento, traçando quais eram as diferenças e similaridades no tratamento e na recepção das mais diversas camadas da sociedade que passaram pelo hospício ao longo do período imperial.

Naquela sociedade fortemente hierarquizada, além dos meandros internos das relações sociais, muitas diferenciações sociais eram oficialmente marcadas. Os estatutos e regimentos

do hospício explicitam algumas delas, como as diferenças referentes à alimentação e alojamento dos internos de acordo com a pensão paga ou com a gratuidade. Estaremos atentos também, mesmo nessa documentação, a possíveis conflitos relacionados a essas “regras” que ajudavam a definir o funcionamento do hospício.

Posteriormente, buscaremos delinear o perfil daqueles que estiveram internados no hospício dentro do recorte temporal estabelecido. A partir das classificações que lhes eram atribuídas nos prontuários, como cor, condição social, nacionalidade, local de residência, dentre outras, que parecem ter sido determinantes do lugar e do tratamento que seria assumido por cada um deles, tentaremos estabelecer um perfil geral.

No entanto, estaremos atentos à possíveis mudanças, não apenas no perfil, mas nas próprias classificações, especialmente em relação à questão da escravidão. Levantamentos preliminares já indicaram que este perfil mudou razoavelmente ao longo das décadas analisadas. Nos chamou bastante atenção uma redução brusca no número de escravos e libertos internos a partir da década de 1870. Buscaremos, então, aprofundar a análise tentando estabelecer possíveis explicações para as mudanças no perfil social, articulando-as ao contexto social da segunda metade do século XIX, marcado por transformações relevantes no que tange à condição social dos indivíduos.

Outro capítulo será reservado à análise da experiência de escravos e libertos que foram internados no HPII. Embora esse fenômeno não tenha merecido grande destaque na literatura até o momento, a identificação inicial de um número relevante de indivíduos nessa condição traz à tona a necessidade de melhor compreendê-lo. No total, aproximadamente 20% dos registros identificam escravos ou libertos internados². Pretendemos, então, identificar quem eram e em que circunstâncias escravos e libertos eram internados, gerando, em alguns casos, uma dívida razoável para os proprietários ou outros responsáveis pela internação.

Buscar-se-á analisar as demandas daqueles que solicitavam a vaga, fossem eles parentes, senhores de escravos, patrões ou conhecidos. Partindo da ideia de que diferentes demandas eram impressas ao papel daquela instituição, tentaremos articular os pedidos de internação, anexados aos prontuários, à lógica da sociedade imperial, identificando quem eram os sujeitos dessas histórias, a que redes de sociabilidade estavam ligados e mediante que argumentos levavam seus loucos ao hospício.

Para este capítulo serão utilizados principalmente os anexos dos prontuários.

² Além disso, temos indícios de que outros libertos teriam entrado classificados como livres.

Por fim, apresentaremos trajetórias relevantes para elucidar os processos sociais apontados nos demais capítulos, também a partir dos prontuários médicos. Este item será complementar aos demais, trazendo as vozes dos indivíduos e ilustrando casos particulares que facilitem a compreensão da análise dos dados que se efetuará anteriormente. Em casos pontuais, referentes a personalidades mais relevantes, que sabemos estarem presentes entre os internantes, por exemplo, poderemos recorrer a outras fontes, como jornais e acervos diversos que nos ajudem a compreender o papel desses indivíduos naquela sociedade.

Nesta etapa do trabalho, buscaremos tratar e apresentar casos em que se evidencie o diálogo entre as várias esferas sociais envolvidas naquela instituição, explicando como os papéis eram negociados no cotidiano. Buscaremos também entender de que forma possíveis estigmas de loucura podem ter se relacionado ao estigma da escravidão no caso dos escravos e libertos. Por fim, será relevante explicitar os mecanismos de perpetuação de poder das elites sociais da Corte que se reproduziam nos processos de internação.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Lourence Cristine. O Hospício Nacional de Alienados: terapêutica ou higiene social? Dissertação de mestrado. Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, COC/Fiocruz, 2010.
- BERTOLLI, Claudio Filho. Prontuários Médicos e a Memória da Saúde Brasileira. **Boletim do Instituto de Saúde**, nº 38. São Paulo, abril 2006.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CUNHA, Maria Clementina P. **O espelho do mundo** – Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- EDLER, Flávio. “A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico”. **Asclépio – Revista de historia de la medicina y de la ciencia**. V.L-2, 1998. (pp. 169- 186).
- ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- GONCALVES, Monique de S.; EDLER, Flávio C. Os caminhos da loucura na Corte Imperial: um embate historiográfico acerca do funcionamento do Hospício Pedro II de 1850 a 1889. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.** São Paulo, v. 12, n. 2, June 2009.
- GONÇALVES, Monique de S. **Mente Sã, corpo são: disputas, debates e discursos médicos na busca pela cura das “nevroses” e da loucura na Corte Imperial (1850-1880)**. Tese de Doutorado. Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, COC/Fiocruz, 2010.
- HUERTAS, Rafael. Medicina social, control social y políticas del cuerpo. La subjetivación de la norma. *In*: MIRANDA, Maria e SIERRA, Álvaro. **Cuerpo, biopolítica y control social: América Latina y Europa en los siglos XIX y XX**, 2009.
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LORENZO, Ricardo de. **‘E aqui enloqueço’ - A alienação mental na Porto Alegre escravista (c.1843-c.1972)**. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 2007.

- MACHADO, Roberto; LOUREIRO. A.; LUZ, R.; MURICY, K. **Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.
- MELO, Mariana F. Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: assistencialismo, sociabilidade e poder. *In*: ARAUJO, Maria M. **As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal – Brasil (séculos XV-XX)**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2009
- NYE, Robert A. The evolution of the concept of medicalization in the late twentieth century. **Journal of History of the Behavioral Sciences**, vol. 39 (2), 115-129. Spring 2003.
- PESTRE, Dominique. “Por uma nova história social e cultural das ciências : novas definições, novos objetos, novas abordagens, **Cadernos do IG/Unicamp**, V. 6. Nº1, 1996, p. 3-56.
- SCHWARCZ, Lília M. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SHAPIN, Steven. **A Revolução Científica**, Portugal, DIFEL, 1999, p. 23-35; 81-127.
- TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro. **Deus e a Ciência na Terra do Sol: O Hospício de Pedro II e a constituição da Medicina Mental no Brasil**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IPUB/UFRJ, 1998.
- VELLASCO, Ivan de A. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. *In*: CARVALHO, José M. e NEVES, Lúcia M. **Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 71-100.
- VENÂNCIO, Ana. T. A. Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 10 (3): 883 – 900. Rio de Janeiro, set. – dez. 2003.